

“Integralismo é obra de Deus!”: o discurso católico no recrutamento de militantes do integralismo piauiense (1933-1935)

“Integralism is the creation of God!”: the Catholic discourse in the recruitment of integralist militants in Piauí (1933-1935)

Thiago Silva de Sousa

RESUMO: O presente artigo tem como proposta identificar e avaliar como a Ação Integralista do Piauí (AIB-PI) utilizou conceitos do discurso católico, que vicejava durante a década de 1930, para convocar seus militantes no estado. Para o empreender essa pesquisa, foi analisada essencialmente o jornal *A Liberdade*, mídia impressa integralista do estado do Piauí. O balizamento teórico é produzido a partir das relações entre Religião e Política como categorias históricas de análise. Trabalha-se a propaganda fascista partir do texto de Adorno (2018). Também articulamos, neste artigo, a leitura sobre a ideia de nacionalidade da direita da década de 30, feita por Beired (2007), e a conceituação de fascismo realizada por Paxton (2023).

Palavras-chaves: Integralismo; Integralismo no Piauí; Jornal *A Liberdade*; Catolicismo.

Abstract: The purpose of this article is to identify and examine how the Ação Integralista do Piauí (AIB-PI) used concepts from the Catholic discourse that existed during the 1930s to mobilize its militants in the state. In conducting this research, the newspaper *A Liberdade*, the integralist media in the state of Piauí, was analyzed. The theory is based on the relationship between religion and politics as historical categories of analysis. Working on fascist propaganda from the text by Adorno (2018). We also articulate in this article Beired's (2007) reading of the nationality brazilian of the right in the 1930s and Paxton's (2023) conceptualization of fascism.

Keywords: Integralism; Integralism in Piauí; *A Liberdade* newspaper; Catholicism.

Introdução

Este trabalho tem como tema o discurso católico presente no recrutamento de militantes para a Ação Integralista no Piauí. O objetivo é explorar como os membros da Ação Integralista no estado utilizaram a religiosidade como uma forma de justificar a adesão ao movimento e a adoção da ideologia, vista como única portadora dos valores cristãos em um contexto de disputas pelos rumos da nação. Para a realização desta pesquisa, utilizamos como fonte o jornal *A Liberdade*, imprensa oficial do integralismo no Piauí, que serviu como meio de manifestação pública dos integralistas piauienses.

Com seu lema “Deus, Pátria e Família”, o integralismo reverbera fortemente na consciência ideológica e discursiva do espectro da direita brasileira até os dias atuais. A defesa dos valores morais da fé cristã, da família tradicional e da pátria — vista como

ameaçada por forças internacionais — constitui a base dos partidos desse espectro. Essas crenças são dotadas de um teor espiritualista, e é em torno das religiões que muitos movimentos de direita surgem, como é o caso do bolsonarismo, maior expoente da extrema direita nos últimos anos. É importante salientar que a direita é um espectro político amplo e heterogêneo. Adotaremos o uso de *extrema-direita* baseada na distinção realizada por Norberto Bobbio (2011), onde postula a diferenciação baseada no método e na concepção de igualdade. Em suma, os critérios principais que definem a diferenciação de direita e esquerda, em todos os seus espectros, é como esses lidam com a ideia de “igualdade”.

Dentro dessa primeira díade é preciso colocar uma segunda diferenciação para percebemos a heterogeneidade desses movimentos durante o percurso histórico: extremistas e moderados. Para Bobbio (2011), a diferença entre esses aspectos não é o apelo ideológico, mas a metodologia para alcançar tal objetivo. Assim, extremistas — tanto de esquerda, quanto direita — tendem a defender e adotar métodos autoritários e antidemocráticos para alcançar os objetivos dentro do seu espectro político. Portanto, mesmo que os partidos de extrema-direita não sejam unívocos, compartilham entre si a noção de autoritarismo, antidemocracia e a defesa de desigualdades naturais entre os indivíduos. Dessa forma, o integralismo, assim como os fascismos globais da década de 1930, são facilmente acoplados no campo da extrema-direita.

Em nosso contexto atual, as ligações entre religião e política na estrutura política nacional permanecem dialéticas no campo das direitas, em especial aos grupos do espectro extremista, onde a religiosidade popular alimenta e é alimentada pela política. Iniciaremos esta pesquisa demonstrando a importância dessas duas categorias para os estudos históricos e quais vínculos podem ser estabelecidos entre elas. Após analisar como elas dialogam e foram articuladas na pesquisa profissional de história, abordaremos a relevância dessas conexões para desenvolvimento do fascismo como um fenômeno político global, evidenciando que a mistura entre religião e política foi essencial para o discurso dele em ambos os lados do Atlântico. Em sequência, exploraremos o contexto intelectual vivenciado no Brasil pelos integralistas e como a religiosidade brasileira esteve no esteio da formação desse partido. Por fim, analisaremos o discurso de recrutamento dos integralistas no Piauí e a forma como eles utilizaram a religiosidade católica em sua estratégia.

Aproximações entre Religião e Política na historiografia

Em seu texto, *A Religião: Antropologia Religiosa*, o pesquisador Alphonse Dupront

relata que a construção mitológica e a imaginação do sobrenatural religioso advêm de uma condição humana de "busca de imortalidade, quer dizer, de sua vontade animal e espiritual de conquistar o ser" (Dupront, 1976, p. 104). Ao entendermos essa conquista como o controle de si e de seus iguais, nada mais é do que a própria política, pois, como afirma René Rémond (2003): "só é política a relação com o poder na sociedade global: aquela que constitui a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço delimitado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas" (2003, p. 144). Em meados do século XIX, Karl Marx (2010) discutia as relações entre a emancipação política/emancipação humana e a formatação do Estado Liberal que se originava na religião como base política e social. Ao debater a questão judaica na Alemanha, o filósofo reconhecia como essas categorias estavam entrelaçadas na formação do Estado das sociedades modernas.

Os estudos das religiões pelas ciências humanas foram iniciados pelo positivismo no século XIX. No decorrer dessas análises, novas disciplinas surgiram, entre elas a "sociologia das religiões" e as "ciências das religiões" ou "ciências comparadas das religiões". Jacqueline Hermann (1997, p. 45) explica que a primeira "inseriu suas preocupações com o fenômeno religioso na busca de leis gerais do funcionamento da sociedade". Ou seja, os sociólogos da religião queriam encontrar características gerais que estariam presentes em todas as formações religiosas, ignorando, por assim dizer, as individualidades e especificidades locais. Em contrapartida, as "ciências das religiões" abordavam "a origem das religiões, de um lado, e a essência da vida e do homem religioso, do outro" (Hermann, 1997, p. 457). Dessa maneira, colocavam em um mesmo patamar de significado práticas religiosas de diferentes grupos culturais, sem atentar para o fato de que poderiam possuir distintas definições para os grupos que as vivenciavam.

Em meio a esse universo — de noções científicas sobre as religiões e a reformulação que a disciplina histórica passava nas primeiras décadas do século passado — é que o campo da "história das religiões" se delimitou. Para o autor francês Dominique Julia (1976, p. 110), a estruturação desse campo "situa-se hoje na confluência de três movimentos cujo caráter estanque era assegurado na heterogeneidade de seus pressupostos". Os movimentos apontados são os da história das doutrinas religiosas, sociologia religiosa e história econômica e social; uma intersecção que levou o "historiador das sociedades a lugares até então desconhecidos" (Julia, 1976, p. 112). Nesse cosmo de novos campos temáticos é que os vínculos entre

religião e política começam a ser percebidos pelo olhar historiográfico, especialmente nas transformações ocorridas com a Nova História Política¹ na segunda metade do século passado, onde “as forças religiosas são levadas em consideração como fator de explicação política em numerosos domínios”(Coutrot, 2003, p. 331).

Uma das questões presentes no arcabouço dos estudos sobre essa relação é: “como a filiação a uma Igreja modela as atitudes políticas dos cristãos?”(Coutrot, 2003, p. 335). Ou seja, como a crença religiosa individual e sua afeição por um modelo teológico podem influenciar ou determinar as suas ações políticas individuais e de grupos? Parafraseamos essa indagação para um plano discursivo: como o discurso religioso foi importante para legitimar e seduzir as massas para as hostes dos fascismos da década de 1930?

Fascismos: religião e política

O conceito de fascismo é um dos temas mais discutidos na academia. No debate historiográfico, por vezes, ele é entendido como sendo restrito ao espaço europeu; por vezes, é conceituado com referência unicamente ao regime italiano liderado por Benito Mussolini; em outras ocasiões, como um fenômeno mundial que deu margem ao desenvolvimento de partidos e organizações em vários continentes. Sobre esta última acepção, Edda Saccomani (1998, p. 166) afirma que:

O termo fascismo assumiu contornos tão indefinidos, que se tornou difícil sua utilização com propósitos científicos. Por isso, vem-se acentuando cada vez mais a tendência de restringir seu uso apenas ao Fascismo histórico, cuja história se desenrola na Europa entre os anos 1919 e 1945 e que está essencial e especificamente representado no fascismo italiano e no nacional-socialismo alemão.

Em contrapartida, o pesquisador brasileiro Rafael Athaides, aponta que esse diagnóstico revelou-se impreciso, uma vez que a perspectiva que coloca o fascismo como “um fenômeno político teoricamente autônomo e extensível a movimentos semelhantes, que nasceram sob determinadas condições, espalhados pelos mais diferentes países” (Athaides, 2014, p. 1308), tem ganhado maior destaque no universo acadêmico. Esses trabalhos partem de estudos comparativos entre o fascismo italiano-alemão e outras organizações e regimes dispostos na Europa e fora dela. Tais fenômenos deram origem

¹ Originada principalmente nas décadas de 1960-1970, a Nova História Política se opunha ao modo tradicional de produção da história do político, que focava nos grandes nomes, biografias e grandes acontecimentos; propondo uma abertura do escopo das pesquisas do campo político, incluindo estruturas sociais, culturais e econômicas.

ao conceito de “fascismos genéricos”, entendidos como movimentos de extrema-direita espalhados pelo globo e que possuem relações institucionais, ideológicas ou inspiracionais nos fascismos europeus.

Essas abordagens têm levado pesquisadores a analisar o fascismo por uma ótica menos fronteiriça, entendendo que as questões endógenas aos Estados nacionais, onde os movimentos fascistas se originaram, por vezes não são suficientes para compreender todas as facetas desse fenômeno. Na esteira dessas novas abordagens do fascismo, os pesquisadores começaram a elencar as características transnacionais de seus movimentos, buscando identificar redes de cooperação entre esses grupos de distintas nacionalidades. Segundo os pesquisadores Matteo Albanese e Pablo Del Hierro, “o fascismo, como ideologia, é transnacional por natureza” (*apud* Martins, 2018, p. 57) (*tradução nossa*).

Essa ótica transnacional nos permite examinar o fascismo em termos de contatos e influências entre movimentos oriundos de diversos países. Ao reconhecer, nesses partidos, o caráter dinâmico de suas formações — a partir de interações e contatos que eles estabelecem entre si —, podemos perceber que a formação ideológica de um partido específico absorve ou refrata elementos ideológicos presentes em movimentos globais, reinterpretando-os para que façam sentido no contexto político do local em que está inserido.

Ao abordar essa concepção sob a análise de partidos fascistas globais da década de 30, podemos encontrar diversos exemplos em que o catolicismo foi operacionalizado como elemento central da organização de um partido fascista. Casos como a Eslováquia, quando foi liderada por Monsenhor Tiso (1939), e Áustria, quando foi governada por Dollfuss (1932-1934), foram identificados por João Bernardo (2022) como “fascismos clericais”, movimentos fascistas nos quais a presença do próprio clero foi intensa. Outro exemplo relevante é a Guarda de Ferro - também conhecida como Legião do Arcanjo Miguel - na Romênia, onde seus membros se autodeclararam responsáveis por extirpar o mal do mundo. Eles se viam como herdeiros da batalha do Arcanjo contra o mal².

Analisando o discurso político da direita, o pesquisador Furio Jesi (2021), apresenta a Guarda de Ferro como “um movimento tradicionalista que se declara cristianíssimo, protegido por um arcanjo, e sua religião da morte também é mística da

² Na mitologia bíblica-cristã o arcanjo Miguel é descrito como o príncipe do exército de Deus e responsável por expulsar Lúcifer do paraíso.

culpa necessária: deve-se matar o adversário político e o judeu que foi deicida, bem como o assassino ou sanguessuga do povo romeno” (Jesi, 2021, pos. 789, *ebook kindle*). A Guarda de Ferro incorpora em sua violência uma interpretação própria do catolicismo. Assim, “o ato religioso, dos fundamentos e articulações mitológicas, é antes de tudo, o assassinato de judeus” (Jesi, 2021, pos. 1000, *ebook kindle*).

Podemos perceber como a Igreja Católica atuou no fomento e na institucionalização dos fascismos genéricos em alguns locais. É partindo dessa análise que João Bernardo (2022) assinala a “Igreja” como um dos eixos³ nos quais os partidos fascistas baseiam-se. Para ele, o papado de Leão XIII (1810-1903), no fim do século XIX, havia traçado um plano de reformas institucionais que permitiriam essa associação entre católicos e fascistas, “antes ainda de terem começado a delinear-se os primeiros esboços do fascismo, já a igreja católica efetuara remodelações institucionais que, no futuro, a tornariam apta a aceitar a colaboração dos partidos, das milícias e dos sindicatos fascistas” (Bernardo, 2022, p. 110).

Algo similar é apresentado por Robert Paxton (2023) em sua obra *Anatomia do fascismo*. Para o pesquisador estadunidense, o “fascismo se tornara concebível já antes de 1914. Mas ele ainda não era factível em termos práticos, até que a grande guerra jogou a Europa em uma nova era. A ‘época do fascismo’” (Paxton, 2023, n.p.). Ou seja, as condições que deram origem ao fascismo estavam postas no contexto político, cultural e social europeu desde antes da guerra, mas somente após 1918 sua operacionalização para o recrutamento das massas foi possível, “a experiência da primeira Grande Guerra foi a mais decisiva das precondições imediatas do fascismo” (Paxton, 2023, n.p.).

Isso porque a Grande Guerra impactou significativamente o comportamento social dos indivíduos: “o século XX trouxe consigo novas formas de angústias, para as quais o fascismo não tardou em prometer remédios” (Paxton, 2023, n.p.). Essas respostas foram muitas e para medos e angústias diferentes; cada país, cada Estado, cada localidade onde desenvolveu-se uma organização fascista possuía particularidades específicas que impulsionaram suas respostas. Por isso que para Paxton (2023) o fascismo se desenvolveu como uma forma de comportamento político localizado:

Cada movimento nacional fascista, portanto, dá expressão plena a seu próprio particularismo cultural. Diferentemente de outros “ismos”, não é um produto de exportação. [...] Os movimentos que deliberadamente se denominavam

³ Os outros eixos no qual o fascismo se fundamenta são: a) Partidos e milícias; b) Milícias e sindicatos; c) Exército.

fascistas, ou usavam Mussolini como modelo, existiram em todos os países ocidentais após a Primeira Grande Guerra e, em alguns casos, também fora do mundo ocidental (Paxton, 2023, n.p.).

Theodor Adorno define que a natureza da propaganda fascista é psicológica e centra-se na composição do líder como um ideal para a identificação dos sujeitos. Para Adorno, com base na teoria de Freud⁴, a propaganda fascista realoca o “grande homem comum” e sugere, por meio da coletivização, o fomento de sua identidade narcisíca: “o ganho narcisista fornecido pela propaganda fascista é óbvio. Ela sugere continuamente, e às vezes de maneiras bastante maliciosas, que o seguidor, simplesmente por pertencer ao *in-group*, é superior, melhor e mais puro que aqueles que estão excluídos” (Adorno, 2018, n.p.).

Em certo momento, Adorno utiliza a religião para explicar o funcionamento da propaganda fascista. Para ele, a propaganda consegue introduzir em uma sociedade uma concepção de superioridade, em contraponto àqueles que não a praticam.

Uma religião, mesmo se se qualifica como religião do amor, deve ser dura e desamorosa para com aqueles que não pertencem a ela. Fundamentalmente, de fato, toda religião é do mesmo modo uma religião de amor para todos aqueles a quem abraça; enquanto são naturais a toda religião a crueldade e a intolerância em relação àqueles que não pertencem a ela (Adorno, 2018, n.p.).

Ao abordar a propaganda fascista com esses termos, Adorno elenca que ela tem uma função psicológica muito efetiva, pois oferece à sua audiência, marcada pelo extremo sofrimento da guerra, não uma superação de suas condições materiais, mas uma válvula de escape para sentimentos, marcada pela violência contra grupos sentenciados como inimigos.

A propaganda fascista tem apenas de reproduzir a mentalidade existente para seus próprios propósitos – não precisa induzir uma mudança –, e a repetição compulsiva, que é uma de suas características primárias, estará de acordo com a necessidade dessa reprodução contínua. Ela se apoia absolutamente na estrutura total tanto quanto em cada traço particular do caráter autoritário, que é, ele mesmo, produto de uma internalização dos aspectos irracionais da sociedade moderna. Sob as condições prevalecentes, a irracionalidade da propaganda fascista se torna racional no sentido da economia pulsional. Pois, se o *status quo* é tomado como algo aceito e petrificado, é necessário um esforço muito maior para se ver através dele do que para se ajustar a ele e obter pelo menos alguma satisfação por meio da identificação com o existente – o núcleo da propaganda fascista

A religiosidade usual dos discursos fascistas marcava uma forma de comunicação baseada na condução de uma identificação da sociedade com os objetivos ideológicos

⁴ Adorno utiliza como base de seu artigo a obra *Psicologia das massas e a análise do Eu* de Sigmund Freud, publicado em 1922.

dos partidos e movimentos fascistas. Ao declararem-se defensores da moralidade e dos valores cristãos, ao mesmo tempo em que brandiam uma permissividade da violência para a manutenção desses valores, a propaganda permitia aos indivíduos a pulsão violenta de sua posição oprimida, em acordo com um inconsciente permeado de limitações morais.

Como aponta João Bernardo: “cada fascismo não se limitava a copiar alguns aspectos dos outros, mas trazia formas novas, organizativas e ideológicas, que acrescentavam à série” (2022, p. 84). Utilizando essa concepção, podemos apontar que o uso da religiosidade nos discursos dos partidos fascistas estava ligado a como cada contexto local vivenciava e abordava esse tema em seus discursos. Percebendo também a relação de uma intelectualidade fascista local e o grau de adoção aos preceitos religiosos. Quentin Skinner explora por meio de uma metodologia contextualista, a necessidade de “situar os escritos no seu devido contexto intelectual e discursivo, atentando-se para o fato de que os autores os produziram de acordo com as motivações específicas de seu tempo” (Santana, 2016, p. 303). Em entrevista, o próprio Skinner apresenta sua proposta assim:

Quando estudo as convenções linguísticas, crenças e práticas, minha preocupação é entender textos individuais. [...] procuro identificar os contextos que dão sentido ao texto, ou seja, quais são suas fontes, que noções quer desacreditar, satirizar ou repudiar, que visões pretende avançar, quem quer criticar, etc. Isso certamente me leva a um mundo mental, mas a um mundo que é muito particular, muito específico da teoria política do renascimento. Pode-se dizer que meu interesse fundamental é pelos atos linguísticos, pelos contextos linguísticos e pela intertextualidade. Todo meu trabalho é intertextual, isto é, trata de saber como e até que ponto o entendimento de um texto pressupõe o entendimento de sua relação com outros textos (Skinner, 2017, p. 368).

Tendo essa noção em perspectiva, antes de iniciarmos a análise específica dos discursos de imprensa integralista no Piauí, vamos elaborar, modestamente, o quadro teórico e linguístico da religião católica nos discursos e ideologia do movimento integralista.

Contexto intelectual católico e a ação dos integralistas

Nos primeiros anos da década de 1930, o Brasil foi um palco conturbado. No âmbito político, ocorreu um golpe de estado, a instituição da política dos interventores — que impactou fortemente a disposição dos poderes regionais —, o fortalecimento sindical e o crescimento do partido comunista, fundado em 1922. No setor econômico,

outros problemas: a crise de 1929 havia imposto um cenário difícil. O setor cafeeiro, principal produto de exportação nacional, passava por uma crise. Nesse contexto, a dívida externa alcançou níveis alarmantes. Enquanto havia o aumento da população urbana, e o aumento da taxa de desemprego.

No âmbito religioso, a Igreja Católica começava a participar do debate público mais intensamente. Oriunda de um período imperial em que o regime do padroado⁵ vigorava, passando pelo processo de secularização republicano, as relações entre Igreja Católica e Estado são restabelecidas no governo provisório de Getúlio Vargas e diversas decisões são tomadas para ancorar essa nova fase do relacionamento entre Estado brasileiro e Igreja Católica: o aumento do espaço do ensino religioso nos currículos escolares, o financiamento público de instituições educacionais e hospitais mantidos pela Igreja, a valoração do casamento religioso para fins civis e a própria proibição do divórcio são alguns exemplos. Para Boris Fausto (2006, p. 56), essa relação foi marcada pela conveniência:

Getúlio percebe a importância da igreja como garantia simbólica da ordem e como instituição capaz de atrair setores que não estavam sob a sua influência; A igreja, por sua vez, percebeu também que, apoiando o governo, poderia alcançar, ao menos em parte, os objetivos de sua missão pastoral.

Vargas se aproximava do catolicismo brasileiro para garantir sua entrada em alguns grupos, enquanto isso, trazia em seu discurso o debate da nacionalidade católica, o que de certa maneira era fustigado pelo campo intelectual brasileiro que se debruçava sobre a temática da identidade nacional. “Intelectuais dos mais diversos matizes culturais e políticos irão se engajar, direta ou indiretamente, em um projeto difuso e múltiplo de construção da nação brasileira” (Mueller, 2015, p. 263).

Nesse quadro, de um lado o catolicismo ganhando agenda e espaço no governo e do outro a intelectualidade sendo chamada a exercer uma definição da nação, houve uma formatação de um grupo de intelectuais católicos, Fausto (2006) os chama de *intelligentsia* católica. Ou seja:

A Igreja se fortaleceu frente à sociedade e reforçou seu papel de organizadora, disciplinadora e condutora do sentido da história; [...] Os intelectuais católicos irão agir em ambas as frentes, estabelecendo uma mediação entre os dois poderes e com a sociedade (Mueller, 2015, p. 268).

⁵ Funcionando no período colonial e imperial brasileiro, o regime do padroado submetia a Igreja Católica à autoridade real, que tinha poder soberano inclusive nas escolhas de párocos e outros temas.

Uma das características fundamentais do contexto intelectual daquele momento, era a influência da religião na ação intelectual com objetivo de ingerir a posição política dos cidadãos católicos que privilegiavam a “ação política mediada por seus intelectuais” (Mueller, 2015, p. 269). Despontam naquela conjuntura diversos nomes e órgãos aliados a essa intelectualidade católica. Podemos citar o carioca Jackson Figueiredo como um dos primeiros nomes a dar consistência e visibilidade a essa *intelligentsia* católica.

Fundador do Centro Dom Vital, um dos mais importantes centros de produção intelectual católica do século passado, o intelectual era um “católico ardoroso, contrarrevolucionário e combatente, defensor intransigente da ordem e da autoridade e nacionalista radical, Jackson encarna, sobretudo, o espírito do catolicismo ultramontano” (Trindade, 1979, p. 33). Naquela conjuntura o debate da direita nacionalista não era homogêneo e estava fragmentado em algumas correntes, entre elas os católicos e os integralistas. José Luis Beired (2007) discute a composição da direita nacionalista neste contexto e aponta que “Jackson de Figueiredo definia o catolicismo como a principal base da tradição cultural brasileira, a pedra angular de uma nacionalidade que só poderia ser reabilitada da dissolução por meio de uma ‘revolução espiritual’” (Beired, 2007, p. 128).

A visão de Figueiredo, e de seu sucessor Alceu Amoroso Lima — também conhecido como Tristão de Ataíde —, figurou entre o setor intelectual católico que sintetizava uma crítica que entendia o problema nacional como produto da separação do Estado e do catolicismo popular. Esse ponto serviu de afluência entre os católicos e os integralistas. O líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), Plínio Salgado, compreendia a necessidade de uma revolução espiritual contrária ao materialismo que, em sua visão, havia sido implantado no Brasil pela República.

Nesse sentido, urgia a união dos católicos para lutar pela reconciliação do Estado com a religião, opondo uma ‘revolução espiritual’ à ‘revolução materialista’ que varria o mundo contemporâneo. A percepção de que em última instância o problema brasileiro consistia na luta entre materialismo e espiritualismo unia os integralistas e os católicos (Beired, 2007, p. 137).

A AIB foi pensada após um encontro rápido entre Plínio Salgado e Benito Mussolini. Inspirado a replicar no Brasil um partido semelhante, uma das primeiras ações do intelectual paulista em solo brasileiro foi a organização da Sociedade de Estudos Políticos (SEP) que “buscava organizar um grupo que pudesse discutir um novo movimento político, tendo como princípio um forte nacionalismo conservador e revolucionário” (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020, p. 13). Em seu entorno, a SEP

congregava múltiplos partidos que orbitavam o espectro da direita dos anos 1920-1930; movimentos como a Ação Social Brasileira⁶, Legião Cearense do Trabalho⁷ e a Ação Imperial Patrianovista Brasileira⁸ (AIPB) fizeram parte desse projeto intelectual e foram diretamente influenciados pelo pensamento católico de Jackson Figueiredo.

Em maio de 1932, dentro de uma reunião da SEP, Salgado propôs a Ação Integralista Brasileira (AIB), que visava efetivar os projetos de nação debatidos no movimento intelectual, “a associação religiosa e política com a imagem de uma concepção nacionalista para o Brasil foi o elemento central para a formação do integralismo” (Gonçalves, 2018, p. 86). Dessa forma, podemos perceber que, liderados por Plínio Salgado, o integralismo surge da união de grupos católicos em defesa de um projeto nacional de cunho fascista. A ação integralista entrou em pauta em um contexto de ativos intelectuais católicos que lutavam por uma nacionalidade inscrita na cristandade, um Estado conservador, autoritário, que foi resumido no lema integralista “Deus, Pátria e Família”.

A alta cúpula eclesiástica não via com bons olhos uma associação política direta, como explica Helena Mueller (2015), em caso de derrotas eleitorais a própria Igreja Católica poderia sair enfraquecida diante da população e da classe política vencedora, mas também se fazia mister orientar os fiéis em seu voto. Para isso os intelectuais católicos organizaram a Liga Eleitoral Católica (LEC) numa forma oficial de demonstrar à sociedade quais eram os políticos aliados a esse grupo.

Tristão de Ataíde, ou Alceu de Amoroso Lima, indicava ao laicato católico que não estivesse envolvido diretamente na estrutura da Ação Católica a associação ao integralismo. Apesar disso, em suas palavras, ele afirmava: “...se há realmente vocação política, confesso que não vejo outro partido que possa, como a Ação Integralista Brasileira, satisfazer tão completamente as exigências de uma consciência católica, que se tenha libertado dos preconceitos liberais” (Ataíde *apud* Salgado, 1950, p. 31).

Como partido, a AIB era vista por Tristão de Ataíde como “o único entre os de

⁶ “A Ação Social Brasileira foi o primeiro movimento a ser criado no Brasil com a proposta de organização de um partido nacional fascista. No entanto, não alcançou sucesso algum, por querer implantar uma política essencialmente fascista, baseada no caso italiano, sem levar em consideração as especificidades culturais brasileiras” (Gonçalves, 2018, p.88).

⁷ “A legião cearense do trabalho” foi um grupo fundado no Ceará por Severino Sombra, um seguidor das idéias de Jackson Figueiredo, que foi o maior responsável pela criação do ultraconservador Centro D. Vital” (Gonçalves, 2018, p.88).

⁸ “Organização neo-monarquista católica, fundada para recuperar a monarquia do Brasil, seguindo as mesmas características medievais, com base na estrutura real e católica” (Gonçalves, 2018, p.88).

todos os partidos políticos, que leva em conta, sinceramente, os elementos fundamentais da nacionalidade cristã católica" (Ataíde *apud* Salgado, 1950, p. 31). Como doutrina, "pretende em boa hora, restaurar o sentido frouxo da autoridade, dar à unidade nacional o posto básico que lhe compete em toda a sociologia política do Brasil, defender as bases morais e jurídicas da família brasileira" (Ataíde *apud* Salgado, 1950, p. 31). As intenções de Tristão de Ataíde eram convencer os católicos a fazerem parte do integralismo, argumentando que o partido possuía uma defesa nacionalista de cunho católico. Essa posição instigou outros membros da intelectualidade católica a analisarem a doutrina integralista e coadunarem com suas posições, como é o caso do padre Ludovico Kauling (*apud* Salgado, 1950, p. 35), um dos primeiros missionários do Sagrado Coração de Jesus a chegarem no Brasil, que afirmou: "o integralismo é um sistema aberto e perfectível, que oferece uma base sólida para estudar novas soluções e enfrentar novos problemas".

Em suma, "o integralismo sempre se ancorou no catolicismo como forma de conforto e necessidade. Nos momentos mais difíceis, a religião servia como suporte para o fortalecimento de Plínio Salgado" (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020, p. 74). Assim, podemos notar que a religião católica é essencial para o discurso do integralista. Nos anos de 1930, não só havia o delineamento de uma intelectualidade católica na busca por defender os interesses de mobilização da Igreja, como também esses intelectuais se engajaram diretamente na política, tentando manipular o voto cristão e com isso induzir o nascimento de múltiplos movimentos no universo da direita. O que resultou na criação do integralismo como movimento de ação política, que conta com esses intelectuais, mesmo que não filiados ao partido, para recrutar fiéis para suas fileiras. Demonstrando a utilização de um discurso marcado pela religiosidade católica na promoção da propaganda integralista com a finalidade de estabelecer identificação entre os ideólogos do fascismo brasileiro e a nação católica.

O catolicismo e o integralismo piauiense

O quadro sociopolítico do Piauí nas primeiras décadas da Primeira República (1889-1930) refletia o cenário nacional. Vivia-se a consolidação do coronelismo no estado, e o controle do governo estadual era disputado entre as famílias latifundiárias locais: de um lado, Almendra Freitas, e do outro, Pires Ferreira. Nos anos de 1920, surgiram grupos revolucionários que impactaram fortemente a configuração política piauiense. O tenentismo foi um desses movimentos que trouxeram uma nova dinâmica às relações de poder no Piauí. Entre suas ações, podemos citar a organização partidária

realizada pelos tenentes locais. Como apresenta Silva (1999, p. 45), “pode-se deduzir que os tenentes do Piauí estavam articulados em torno da candidatura de Nilo Peçanha como uma forma de expressarem seu descontentamento com o rumo do país”. Ou seja, havia uma inserção do projeto político tenentista no estado e aceitação de alguns setores a ele.

Oriundo do tenentismo, surgiu o grupo revolucionário Coluna Prestes⁹, que chegou ao Piauí nos anos de 1925-1926. Sua presença motivou uma resistência em forma de “batalhões patrióticos” organizada pelo conservador o Des. Joaquim Vaz da Costa¹⁰.

Após a passagem da Coluna Prestes no Piauí faz surgir alguns nomes no cenário político que depois vão ter participação ativa nos destinos do Piauí. Além da projeção do Governador Mathias Olympio em defesa do Estado, surgem o desembargador Vaz da Costa, que organizou os batalhões patrióticos, o tenente Jacob Manuel Gayoso e Almendra que, ao combater os “revolucionários”, transforma-se em “herói”, sendo indicado e eleito deputado estadual em 1926 com expressiva votação - 7.638 votos. A pregação da Coluna Prestes fez surgir grupos políticos não orientados pelas oligarquias como, por exemplo, a família Marinho que vai fundar, em 1932, o Partido Democrata Piauiense, inspirado nas ideias tenentistas. Surgem também as lideranças vinculadas aos tenentes eleitos deputados federais pelo Estado, a partir de suas participações nas lutas e Governos revolucionários, prolongando-se após a redemocratização de 1946 (Silva, 1999, p. 49).

São esses novos atores da política que, no fim dos anos de 1920, formaram a Aliança Liberal (AL) para combater o poder do então governador João Pires Leal, integrante da família Pires Ferreira. Em outubro de 1930, a AL consegue deflagrar um golpe, colocando Humberto de Arêa Leão no posto de interventor. A configuração da Aliança Liberal no estado Piauí era tão heterogênea que reunia antigos opositores em um mesmo lado. O cientista político Vítor Sandes-Freitas (2019) avalia que a cisão ocorreu, pois “uma nova forma de pensar e fazer política não surgia daquela correlação de forças, levando a concluir que a luta era entre os velhos coronéis que já compunham e se revezavam na cena política do estado” (Sandes-Freitas, 2019, p. 19).

Daniel Ciarlini (2019) demonstra que, durante a Primeira República no Piauí, houve a delimitação de um círculo intelectual, em que seus membros procuraram fulgurar no debate público como um passaporte para a atuação política:

⁹Movimento de caráter militar e político ocorrido no Brasil em meados da década de 1920. Liderado por um grupo de membros das forças armadas, principalmente o Exército Brasileiro, sendo Luís Carlos Prestes o maior representante.

¹⁰Político e juiz piauiense. Nascido na cidade de São Raimundo Nonato, era desembargador e atuou diretamente na defesa do Piauí durante a passagem da Coluna Prestes, nos eventos da Revolução de 1930 e no golpe de estado ao interventor Humberto de Arêa Leão, assumindo o governo do estado por algumas horas até ser substituído por Lemos Cunhas.

Até mesmo quando exerciam apenas atividades literárias, geralmente em revistas ou folhas específicas, estas serviam como pretexto para demonstrar erudição e se fazerem vistos no campo, passaporte ao círculo político, que em geral cooptava os mais talentosos ou os mais polemistas (Ciarlini, 2019, p. 141).

Num cenário em que a atitude intelectual é adotada para influir no campo político, a Igreja Católica não se eximiu, formando ainda em 1909, um Partido Católico, pois “os conflitos que surgiam por questões religiosas, entre maçons e clero, ambos representados por periódicos que dividiam a atenção do seletor público leitor. Essa contenda, que nasce de querelas religiosas, com o tempo migra para os embates políticos” (Ciarlini, 2019, p. 141). O autor ainda complementa: “Os intelectuais incorporaram às estruturas de poder e nela e por ela se digladiavam nos jornais” (Ciarlini, 2019, p. 141). Nessa época, os impressos, eram o campo de batalha entre uma elite intelectual anticlerical e uma reação política dos católicos, é nesse setor que ocorre o maior investimento financeiro, aumentando significativamente o número de periódicos circulando no estado, fazendo do jornalismo piauiense um misto de literatura, política e religião.

Sousa (2023) demonstra que a formação do núcleo integralista piauiense se estruturou na cisão da Aliança Liberal, fazendo com que os mandatários que integravam o grupo lutassem entre si pelo poder, “os integralistas teresinenses eram vinculados, primeiramente, a uma camada da Aliança Liberal, especialmente aquela descontente com os rumos da revolução” (Sousa, 2023, p. 263). Além de formar-se em uma corrente da AL, a Ação Integralista do Piauí contou com os intelectuais, principalmente aqueles provenientes da Faculdade de Recife, como seus impulsionadores:

Os Integralistas piauienses se reuniam ao redor de personagens ligados à formação do “círculo intelectual”, que ocorria desde a década de 1920 mobilizada pelos avanços da modernização das cidades, com o aumento do número de periódicos e instituições de instrução pública (Sousa, 2023, p. 263).

A fundação do núcleo da Ação Integralista Piauiense (AIB-PI) foi oficializada em abril de 1934 na cidade de Teresina. Em uma publicação nomeada de *Signal de Combate*, veiculada pelo jornal *A Liberdade*, que mais tarde se tornaria o jornal integralista do Piauí, em 31 de maio de 1934, seu redator Celso de Albuquerque alertava uma suposta tentativa de coronéis locais em influenciar a política piauiense com tendências do antigo regime, aqui entendido pela República Velha. Essas acusações eram endereçadas a Landri Sales, que havia assumido recentemente o posto de interventor e era acusado de práticas de “familismo” na administração pública. Celso de Albuquerque (*A Liberdade*, 1934b, p. 01) clamava então pela defesa “dos valores

políticos” do Piauí, demonstrando que “para os combatentes a descoberto a tribuna da imprensa foi sempre um campo raso”¹¹. E é desde sector de guerra que havemos de metralhar a guarda ameaçadora, ou vá ela tentar resistir através dos seus mais fortes redutos” (Albuquerque, 1934b, p. 01).

Como demonstramos no início deste tópico, o jornal se tornou desde a década de 1920 um espaço de disputa pelo poder político; intelectuais dos mais diversos gêneros da sociedade atuavam em empresas distintas como forma de atingir o debate público. Albuquerque (*in A Liberdade*, 1934b) nesse trecho demonstra que será nos jornais o local dos duelos pela defesa dos bons contra os maus piauienses; pode-se complementar tal ideia com outro excerto, da matéria anterior a essa, em que ele dizia: “o homem não vale pela posição que ocupe, eventualmente, e sim pelos princípios que encarne, em verdade. [...] Homens assim, porém, não poderão surgir, senão no meio daqueles que constituem a elite intelectual capaz em cada país” (Albuquerque, *in A Liberdade*, 1934a, p. 01).

Podemos observar, diante disto, que o integralismo piauiense nasceu como um movimento que procura esteio intelectual; é dentro dessa esfera social que seu discurso é estruturado. Mas não é qualquer intelectual, não adiantava exhibir uma intelectualidade elitizada, mas possuir os princípios morais norteadores, resumidos em Deus, Pátria e Família. O integralismo, como partido de massas, pois “para os fascistas a coesão partidária não resultava de um projeto ideológico, mas da participação física num movimento de massas” (Bernardo, 2022, p. 90), tinha na mobilização de militantes como um dos eixos fundamentais de sua atuação política.

Como citado anteriormente, a principal atuação dos integralistas piauienses se dava no espaço jornalístico, visto como arena de batalha contra inimigos; e é por ele que ocorrerá o recrutamento das massas; com a chamada “Sertanejos Anauê”¹², os integralistas piauienses atraíam pessoas oriundas de diversas classes, “Despertai, oh! Sertanejos das cidades das vilas e dos campos” (Santo Sé, *in A Liberdade*, 1934, p. 03). Enquanto conclamava aos sertanejos suas admissões às fileiras do movimento, o integralista Custódio F. Santo Sé (*in A Liberdade*, 1934, p. 03) ainda elaborava a base de seu discurso: “a minha palavra é humilde, bem verdade, mas cheia de fé, da fé que deve guiar o homem integralista, soldado de Deus...”.

¹¹ Feita adequação para as normas gramaticais vigentes. Essa mudança será aplicada em todas as citações posteriores.

¹² Anauê é uma saudação integralista que em língua tupi pode ser traduzida como “você é meu irmão!”

Essa ideia de “soldado” divino não era piauiense, mas estava inscrita em um léxico integralista de sua época¹³. Plínio Salgado almejava “forjar a identidade bélica e “sagrada” do “soldado de Deus”, na sua formação paramilitar, como militante da ideia e da milícia” (Carneiro, 2019, p. 9). Plínio Salgado não separava ação do pensamento. A própria AIB é um resultado dessa noção. O integralismo era um movimento das ideias, reunia intelectuais e queria propor um futuro político para a nação. Contudo, também era um movimento da ação, suas milícias integralistas eram exemplos de uma busca pela revolução efetiva. Ilustrava as folhas do jornal integralista piauiense a recomendação: “O integralista deve amar sua Pátria. Que nunca seja ofendida na presença de um integralista. Os comunistas e separatistas, principalmente, que jamais ousem ferir a Nação Brasileira na presença de um integralista. Eles devem ter o castigo imediato...” (A *Liberdade*, 1934, p. 4). Ou seja, cabe ao integralista a defesa da pátria a todo custo e o castigo daqueles que a ofendem.

A ideia do integralista como “soldado de Deus” também foi usada na linguagem política de Gustavo Barroso. Abertamente antissemita, na obra do escritor cearense o judeu estaria escondido nas escuridões ameaçando a ordem cristã nacional e criando planos para a dominação da nação. Seria dever então dos cidadãos da nação a “descoberta e denúncia sistemática do obscuro” (Dantas, 2014, p. 122). E assim os “soldados de Deus, como os integralistas se entendiam, tomariam uma atitude para libertar a ave [Brasil] que seria ‘glória das asas nas alturas, sendo ele próprio verde esperança, que tanto ostentava em seu uniforme, não mero soldado, mas chefe da milícia divina’” (Dantas, 2014, p. 122).

Foi nesse contexto e compartilhando da linguagem integralista, que Santo Sé (in A *Liberdade*, 1934, p. 03) elaborou em seu texto de *Sertanejos Anauê!*, a noção de “soldado de Deus”. Ao chamar os sertanejos, piauienses, para aderir ao movimento fascista, estes não seriam somente homens integralistas, mas soldados divinos que lutariam pelos valores e libertação do Piauí dos “maus piauienses” e dos males do pós revolução de 1930. A linguagem de recrutamento da AIB-PI está alinhada à estrutura política geral de sua época e permeada de religiosidade. Outro exemplo que fundamenta esse argumento é a matéria intitulada *O Integralista*, escrita por José de Sousa Brandão, veiculada na Revista Gleba em janeiro de 1934.

O chefe no núcleo integralista de Parnaíba, no litoral do estado, inicia sua

¹³ A ideia de “soldado de Deus” ainda faz parte do discurso dos partidos neointegralistas da atualidade.

manifestação já demonstrando o vínculo que irá produzir entre religião e política: “o integralismo é obra de Deus. Nele vemos, perfeitamente, o dedo da providência divina a apontar para o homem o caminho certo a seguir, o caminho salvador da Pátria ameaçada pelo internacionalismo” (Brandão *apud* Melo, 2021, p. 215). Ou seja, para convencer os sertanejos a entrarem no movimento, José de Sousa Brandão adotou o recurso religioso, sugerindo que o integralismo é um fruto direto das mãos do criador.

Em sequência, ele redarguiu que a presença do criador pode ser vista, porque o “o Integralismo é a doutrina da Pátria, da Fé e da Família, que constituem os elementos garantidores e coordenadores da sociedade e da liberdade” (Brandão *apud* Melo, 2021, p. 215). E por ter um dogma assentado nessa tríade fascista, que deveriam todos aderirem ao Integralismo. Por fim, Brandão encerra sua manifestação em prol do integralismo: “Moços do Brasil! Operários! Soldados! [...] Homens do Povo! Entre para as fileiras do integralismo que é uma corrente nacionalista que nascem como nascem os rios” (Brandão *apud* Melo, 2021, p. 215). Ou seja, em sua concepção, o integralismo é um movimento puro, divino, natural, de defesa pelos valores da sociedade. Os dois membros da AIB-PI elaboram seus chamados utilizando-se da religiosidade como força de mobilização das massas. A Liga Eleitoral Católica piauiense se manifestou positivamente, dialogando com este discurso. Em agosto de 1934, ela explicava seu caráter apartidário.

Sempre coerente com sua organização, continua sendo como não partido. Conforme a expressão do nome que escolheu poder se á dizer: - a união dos catholicos sob o ponto de vista político, para defesa dos direitos da Religião, que são os direitos de Deus, perante a administração do Paiz (Liga Eleitoral Católica, in *A Liberdade*, 1934, p. 01).

Dessa forma, a LEC se posiciona como um agrupamento de indicação política aos católicos e não como um partido organizado com ideologia e agenda de governo. Sua indicação política é a AIB. Argumentando que o regime político vigente era “apodrecido, que se traduz por uma política de orgias, de banquetes sumptuosos, de patifarias...” (Liga Eleitoral Católica, 1934, p. 02), ela pede que os brasileiros reajam, congregando-se em torno do integralismo. Finalizando seu convite, a LEC conclama: “Empregados e empregadores? Estudantes? Soldados? Operários? Trabalhadores? Homens do campo! Ouvi a voz do Brasil! Filiai-vos à Ação Integralista Brasileira, que salvará o Brasil da derrocada iminente” (Liga Eleitoral Católica, 1934, p. 02).

Enquanto no discurso da AIB-PI havia no catolicismo argumento central para a justificação da adesão ao integralismo por parte dos piauienses, no discurso da LEC aparece quase um messianismo. Plínio Salgado incorporava o messianismo político

sendo associado a um profeta, apóstolo, e definido como “quinto evangelista”. A LEC-PI apresenta a AIB-PI como um movimento messiânico que liderava a regeneração da nação e do estado das mãos do mal e dos maus piauienses.

Considerações finais

A partir desse artigo apontamos que o discurso religioso esteve presente na constituição da ideologia fascista em diversas localidades na década de 30. Essa ideologia se valeu mais fortemente do catolicismo como recurso de identificação entre o líder e a nacionalidade católica. No Brasil, o integralismo foi influenciado pelas camadas do intelectualismo católico dos anos 30 e introduziu o debate da estrutura católica no interior da busca intelectual. Ainda que não fossem campos aglutinados, os intelectuais católicos e integralistas “possuíam consciência de que eram solidários em muitos aspectos da sua luta pela construção de um Brasil autoritário” (Beired, 2007, p. 132).

A chegada do integralismo no estado do Piauí ocorreu em um contexto de disputas políticas pelas elites que fizeram parte do quadro revolucionário de 30. Membros da Aliança Liberal iniciaram um processo de disputa pelo controle governamental do estado, em concomitância a formação de um círculo intelectual oriundo das camadas de elites que advinham das carteiras da Faculdade de Direito de Recife. O integralismo piauiense ganhou audiência inicialmente de antigos aliancistas descontentes com a política após a revolução e setores conservadores desse círculo intelectual emergente.

A arregimentação de militantes para as fileiras do integralismo piauiense, ocorreu então, utilizando alguns elementos de uma simbologia católica incorporados à apresentação do integralismo. A Ação Integralista é apresentada aos piauienses como um fruto divino e explicitamente produto das mãos de Deus. Além disso, o discurso do integralismo piauiense ecoava conceitos presentes na ideologia nacional do movimento, colocando os seus militantes como “soldados de Deus”, responsáveis por defender a Pátria daqueles que a ameaçam e impingir castigos aos seus detratores. A religiosidade católica foi um tema explorado na produção de discurso do integralismo no Piauí, como forma de arregimentar militantes para as fileiras do movimento apelando para as filiações entre política e religião presentes no contexto intelectual daquela década.

Fontes

ALBUQUERQUE, C. Conceitos à margem. In: **A Liberdade**, Teresina, 31 de maio de 1934b, p. 1.

_____. Signal de Combate. In: **A Liberdade**, Teresina, 23 de maio de 1934a, p. 1.

A Liberdade. Teresina, 31 de julho de 1934, p. 4.

LIGA ELEITORAL CATÓLICA. In: **A Liberdade**, Teresina, 16 de agosto de 1934, p. 1-2.

SANTOS SÉ, C. F. Sertanejos Anauê!. In: **A Liberdade**, Teresina, 4 de junho de 1934, p. 3.

Referências

ADORNO, T. A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In: **Blog da Boitempo**, 2018. Disponível em: [Adorno: A psicanálise da adesão ao fascismo – Blog da Boitempo](#). Acesso em: 15/03/2025

ATHAIDES, R. O fascismo genérico e o Integralismo: uma análise da Ação Integralista Brasileira à luz de recentes teorias do fascismo. **Diálogos** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Maringá, vol. 18, nº 03, p. 1305-1333, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33958>. Acesso em 23/01/2024.

BEIRED, J. L. B. Os intelectuais e a direita autoritária no Brasil. In: **Estudios Sociales**, Revista Universitária Semestral, ano XVII, n. 33, Santa Fe, Argentina, p. 123-157, 2007.

BERNARDO, J. **Labirintos do fascismo**: a teia dos fascismo. São Paulo: Hedra, 2022.

BOBBIO, N. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora Unesp, 2011

CARNEIRO, M. Mitologias, síntese e ação: Deus, Pátria e Família. **Contemporarte**: Revista Semanal de Difusão Cultural, vol. 10, p. 1-9, 2019.

CIARLINI, D. C. B. **Imprensa e literatura piauiense na República Velha**: gênese de um campo e circuitos literários. 2019. 336 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Letras, Porto Alegre, 2021.

COUTROT, A. Religião e Política. In: RÉMOND, R. (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 331-364.

DANTAS, E. G. **Gustavo Barroso, o Führer brasileiro: nação e identidade no discurso integralista barrosiano de 1933 a 1937**. 2014. 154 f. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de pós-graduação em História, Natal, 2014.

DUPRONT, A. Religião: a antropologia religiosa. In. LE GOFF, J.; NORA, P. **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976. p. 83-106.

FAUSTO, B. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, L. P. **Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

; CALDEIRA NETO, O. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

HERMANN, J. História das Religiões e Religiosidades. In. CARDOSO, C. F. ; VAINFAS, R. (orgs.) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 5ª Edição, Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 449-480 (E-book kindle)

JESI, F. **Cultura de direita**. Belo Horizonte: Âyiné, 2021.

JULIA, D. A Religião: História Religiosa. In. LE GOFF, J.; NORA, P. **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976. p. 106-132.

MARTINS, C. A ideologiafascista e a abordagem transnacional. In. **Relações Internacionais**, Lisboa, nº 57, p. 137-140, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.23906/ri2018.57r02>. Acesso em: 15/03/2025

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.

MELO, A. M. V. V. de. **Compartilhando ideias e tecendo poder: a atuação dos intelectuais piauienses na Era Vargas (1930-1945)**. 2021. 419 f. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2021.

MUELLER, H. I. Os ativos intelectuais católicos do Brasil de 1930. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 35, nº 39, p. 259-278, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472015v35n69012>. Acesso em 02/02/2024.

PAXTON, R. **A anatomia do fascismo**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023. (Ebook Kindle)

RÉMOND, A. O político. In. RÉMOND, R. (org). **Por uma história política**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SACCOMANI, E. Fascismo. In. BOBBIO, B.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. (org.).

Dicionário de Política. 11ª Edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. p. 466-475.

SALGADO, P. **O integralismo perante a nação**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1950.

SANDES-FREITAS, V. E. V. de. Herança e História política no Piauí: das origens à redemocratização. **História e Culturas**: Revista eletrônica do mestrado acadêmico da UECE, vol. 6, nº 13, p. 7-39, 2019.

SANTANA, R. B. “Contextualismo Linguístico” e “História Conceitual”: aproximando duas abordagens para o estudo das linguagens políticas e dos conceitos. **Temporalidades**, Belo Horizonte, vol. 7, nº 3, p. 298-312, 2015. Disponível em: [“Contextualismo Linguístico” e “História Conceitual”: aproximando duas abordagens para o estudo das linguagens políticas e dos conceitos | Temporalidades \(ufmg.br\)](#). Acesso em: 02/02/2024.

SILVA, R. J. G. da. **Metamorfoses das oligarquias**: o caso do Piauí. 1999. 339 f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1999.

SKINNER, Q. Quentin Skinner. Entrevista. In. PALLARES-BURKE, M. L. G. **As muitas faces da História**. São Paulo: Editora Unesp digital, 2017.

SOUSA, T. S. de. Integralismo no Piauí: formação, composição e propaganda. In. SOUSA JÚNIOR, M. A. de; SOBRAL, L. O. da G. (org.). **Amantes do passado**: educação, temporalidades e espacialidades históricas. Itapiranga: Schreiber, 2023. (Ebook)

TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro da década de 1930. São Paulo: Difel, 1979.